

A MÍDIA IMPRESSA NA PROMOÇÃO DE DISCURSOS SOBRE POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL: O NEGRO E REVISTA RAÇA

Amanda B. BRAGA/UFSCar

Nossa pesquisa apoia-se nas reflexões trazidas pela escola francesa de Análise do Discurso para enveredar pelos caminhos discursivos que percorreu o negro e analisar de que maneira estão postos, hoje, os discursos das políticas que buscam ressarcir-los desse histórico de sofrimento, procurando analisar como os discursos sobre a igualdade racial são construídos, mantidos ou modificados pela mídia impressa, que, por sua vez, atua como uma forma de gerar processos de identificação dos sujeitos. E, para fins de análise, recortaremos como corpus discursivo uma publicação da revista *Raça Brasil*, importante publicação comercial segmentada na temática racial. Queremos, assim, analisar seu posicionamento em relação às políticas de ações afirmativas, buscando responder se esse é um instrumento de tais políticas ou se suas atuações estão imersas em objetivos comerciais ou midiáticos, produzindo uma espetacularização da cultura e da história.

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Segundo estatísticas, cerca de 44% da população brasileira, atualmente, é formada por negros e mestiços, que, apesar de terem grande influência sobre a cultura nacional, ainda tem baixa participação nesse âmbito, o que denuncia uma grande dificuldade de inserção social. E é justamente esse “impasse” brasileiro que traz a necessidade de políticas de ações afirmativas que busquem integrar a população afro-descendente e que crie possibilidades de uma construção democrática com base no reconhecimento das diferenças étnico-raciais que estão na raiz da formação da população brasileira.

Tentando entender de que maneira o discurso dessas políticas está posto, hoje, para a sociedade, faz-se necessário a discussão de alguns pontos importantes acerca do percurso das políticas afirmativas no Brasil. E, antes de tudo, é preciso reconhecer que nosso país foi aquele que escravizou o maior número de negros africanos, assim como foi também aquele que mais tardiamente aboliu a escravidão, em 1888. E esses são fatos, vozes e discursos que mantêm, ainda, uma íntima ligação com o modo como as questões raciais são tratadas hoje no Brasil, basta dizer que nosso país talvez tenha sido também aquele que mais tentou (inutilmente) apagar esse passado. Mas essas são vozes que não foram caladas.

O Brasil se armou de várias estratégias discursivas para se livrar, definitivamente, do rótulo de escravista que o persegue. A primeira delas surge entre 1900 e 1950, quando o país passa a cultivar de si mesmo a imagem de “primeira democracia racial do mundo”. Era uma maneira de tentar calar as reminiscências de anos passados. Esse culto se deu na forma de uma “política de compromissos de classes”, onde o discurso da democracia racial concretizava-se nas propostas do governo, que buscava amparar e atender material e simbolicamente às reivindicações do movimento negro.

Materialmente, a principal mudança obtida foi a ampliação do mercado de trabalho, de modo a incorporar trabalhadores pretos e pardos à classe trabalhadora. São desse momento duas leis que garantiam, legalmente, essa ampliação: a lei de *Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato* (1931), que estabelecia que dois terços dos trabalhadores dos estabelecimentos industriais teriam de ser brasileiros natos, e a lei *Afonso Arinos* (1951), que julgava contravenção penal qualquer preconceito de raça ou de cor: “Art 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor”. Por outro lado, simbolicamente, o Brasil absorvia o ideal de uma nação mestiça como ideal nacional, além de reconhecer a presença de uma cultura afro-brasileira, com suas manifestações artísticas e folclóricas (GUIMARÃES, 2005). No entanto, é preciso ter cautela nesse ponto, pois o fato de reconhecer e nomear uma cultura, não significa respeito e aceitação

pela mesma, o que nos permite colocar em jogo a existência de uma democracia propriamente dita. Mas de uma maneira geral, através do trabalhismo, principalmente, o Brasil cultuava, cada vez mais, esse discurso de democracia racial, construindo a imagem de uma nação onde a questão racial era tratada com cuidado e igualdade.

Passada essa fase, chegamos à Ditadura Militar, em 1964. Segundo Guimarães, “ainda que mantivesse o compromisso racial em sua vertente material e simbólica, procurou retirar dele qualquer substrato político, ao reprimir pela força a vida sindical e associativa e seus elos informais e formais com os partidos políticos”. Calavam-se, assim, as vozes que aspiravam por uma democracia racial enquanto compromisso político. Silêncio da censura.

No entanto, de acordo com as discussões em Silvério (2004), a partir da abertura política do Brasil e a conseqüente redemocratização do país, em 1984, entram em cena os movimentos populares tomando o discurso das leis e dos direitos como componente de lutas sociais. Faziam-se, agora, exigências no que diz respeito à participação política. Entre esses movimentos, voltava à tona o movimento negro, que vinha denunciar a persistência das práticas discriminatórias racistas, colocando em pauta a questão social como ponto relevante. A partir daí, esses movimentos cobravam, então, do governo, mudanças no tratamento da questão.

Criou-se, então, um campo de exigências e urgências, gerando certo desencontro entre as reivindicações e a construção democrática negociada que se queria. Surgia, então, a necessidade de se criar medidas que reconhecessem as diferenças étnico-raciais da população, procurando inserir socialmente aqueles que estivessem desintegrados, é quando se institucionalizam as políticas de ação afirmativas no Brasil. Assim, as políticas de ação afirmativas “são um conjunto de ações e orientações do governo para proteger as minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Em termos práticos, as ações devem agir positiva, afirmativa e agressivamente para remover todas as barreiras mesmo que informais ou sutis” (SILVERIO, 2004).

É de 1989, por exemplo, a lei nº 7.716 que criminalizava o racismo: “Art. 1º - Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”¹ Além disso, foi criada em 1988, a Fundação Cultural Palmares, e em 1995, a Instituição de Zumbi como herói nacional.

Sob esse ponto de vista, podemos concluir que, caso as políticas afirmativas surtisses o efeito esperado, o mito da democracia racial poderia deixar de ser mito. Mas será que isso ainda é possível no Brasil? Se quisermos analisar, então, de que maneira esses discursos vêm à tona ainda hoje, basta lembrar que, recentemente, mais precisamente em 2002, 40 ONGs, entre elas o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), lançaram, no Rio de Janeiro, uma campanha nacional contra o racismo. O objetivo era propor uma auto-avaliação com fins de identificar e a partir daí, eliminar o racismo. O mote da campanha era: Onde você guarda seu racismo?



Acredito que a auto-avaliação foi feita, o racismo mais uma vez foi comprovado, claro, mas não foi abolido por isso. Temos uma pergunta forte, que vem ao encontro de toda aquela discussão acerca de um discurso mítico de que o Brasil é uma democracia racial. Isto porque, ao ser feita, a pergunta não questiona se o entrevistado é ou não racista, pelo contrário, ela, em si, já faz essa afirmação. Mais uma vez, nega-se a possibilidade de uma democracia racial de fato. E a campanha pode aí gerar o efeito contrário, quer dizer, o fato de ser interrogado sobre seu próprio racismo de maneira a afirmá-lo, faz com que a pessoa questionada procure escondê-lo ainda mais. Afinal, o racismo no Brasil é velado, apesar de nunca, porém, deixar de ser manifestar.

o mito da democracia racial encobre o preconceito e torna muito mais difícil o combate efetivo das injustiças para com indivíduos e grupos etno-raciais diversos do branco europeu. Assim, a discriminação opera no nível dos

¹ Redação dada pela L-009.459-1997.

indivíduos de maneira inconsciente e nem sempre identificável como tal. (FERREIRA, 2000, 40)

Daí a grande diferença entre dois questionamentos: Quem de nós é racista? E quem de nós admite seu racismo? Ao final da campanha, os dados mostram que 87% dos brasileiros acreditam que há preconceito racial no país. E, contraditoriamente, apenas 4% admitem que são racistas. É mais uma prova da circulação de discursos míticos que se apropriam de um passado escravista na pretensão de mascarar o presente. A própria organização da campanha ao apresentar os dados, afirma: é como “se o Brasil fosse um país racista sem racistas”.

TEORIA DO PODER

Entendendo alguns pontos acerca dos discursos que se cruzam na construção daquele que se tem, hoje, acerca das políticas afirmativas, nos propomos a fazer uma breve análise de uma publicação da mídia impressa que aborda essa temática. As análises que nos proporemos a fazer aqui estão imersas na teoria do poder de Foucault, de modo que é preciso entendê-las antes de passarmos para a análise efetiva do corpus discursivo que foi recortado.

A questão do poder será tema para as pesquisas de Foucault durante a segunda fase de sua obra. O primeiro livro a tratar da questão é: *A Ordem do Discurso*. Nele, Foucault desenvolve suas idéias em torno da relação sociedade/ discurso, mostrando que, por temer o discurso, a sociedade acaba por criar sistemas de controle discursivo, que são postos de maneira a controlar sua proliferação. Foucault analisa, então, as relações estabelecidas no interior daquilo que ele chama de “sociedades disciplinares”, onde se procura ter o maior controle possível sobre os corpos e sobre os discursos.

Entendemos, então, que o poder é invisível e tem como objetivo manter os sujeitos sob controle através de processos de subjetivação. O que significa dizer que é um poder que possui mecanismos de controle que acabam por se tornar inerentes ao corpo social, de modo que corpo e cérebros dos indivíduos interiorizam o comportamento ditado pelo poder de comando. Tudo feito de forma sutil, apesar de ser um controle sem fronteiras, contínuo, que vem e está em todos os lugares.

A análise foucaultiana vem na contramão da concepção tradicional na qual o poder está ligado às lutas-de-classe, o que significa dizer que Foucault não traz a noção althusseriana de “aparelhos ideológicos”, porque o poder aqui não está localizado no Estado ou em nenhuma outra instituição, “o poder se pulveriza na sociedade em inúmeros micro-poderes” (GREGOLIN, 2004).

Além disso, Foucault não acredita que exista um poder em si, o que existem são relações de poder, onde as relações de força e as formas de resistência interagem um sobre o outro de maneira cíclica e permanente. E, mediante essas relações, em seu texto *O sujeito e o poder*, Foucault propõe “usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida” (FOUCAULT, 1995), o que significa dizer que devêssemos olhar a resistência como fator primeiro para o esclarecimento das relações de poder. “Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo de estratégias” (FOUCAULT, 1995). E, essas micro-lutas pelas quais e contra as quais os indivíduos lutam, não buscam atingir uma instituição, uma classe, ou um poder que se acredita está localizado, mas, pelo contrário, são lutas travadas contra modos de subjetivação, que, por sua vez, buscam classificar os sujeitos em determinadas identidades.

HISTÓRIA E MÍDIA

São esses antagonismos de estratégias pesquisados por Foucault que queremos detectar em nosso objeto. Queremos analisar de que forma o discurso das políticas afirmativas estão imersos no confronto entre relações de força e movimentos de resistência, principalmente quando essas políticas são veiculadas pela mídia. Pois percebemos que a mídia pode atuar como uma relação de força naquilo que, num primeiro momento, seria um lugar de resistência.

Se pegarmos, por exemplo, nosso objeto de análise, a revista *Raça Brasil*, ela é apresentada com *A Revista dos Negros Brasileiros* e seu editorial está orientado por um discurso de auto-afirmação negra, colocando-se ao mesmo tempo como “espelho e reflexo” de um aumento da participação do negro na sociedade brasileira. Assim, a revista se mostra ao público como respondendo por uma ideologia massacrada e censurada pela “imprensa branca”, o que demarca o poder que a mídia exerce sobre a sociedade através do discurso de parceria, “criando” formas de inclusão social.

A fim de analisar materialmente esses discursos, recortamos uma matéria publicada na edição 97, ano 10 da *Raça*. A matéria intitula-se *Enrolados e Envolventes: Na contramão da onda da chapinha e dos fios esticados, a opção pelos cachos pode dar mais força ao seu visual. Além disso, os resultados comprovam: presos ou soltos, você vai ficar poderosa*.

O primeiro passo é verificar que é uma publicação cuja temática volta-se para o cabelo, que aliás, é um dos critérios usados hoje para distinguir a população negra da branca, como se isso ainda fosse possível, ou como se essas etnias estivessem bruscamente separadas e determinadas no Brasil. Sendo assim, a questão do cabelo pode ser considerada como sendo vozes de uma memória discursiva, já que, no sistema escravista adotado pelo Brasil no século XVI, o tipo de cabelo e o tom de pele também serviam de critérios para estabelecer a classificação do escravo no interior do sistema, definindo suas atribuições e atividades.

Nas pesquisas atuais, o cabelo é tido como uma linguagem e discutido numa perspectiva de revalorização, que acaba por atingir como um todo o grupo étnico-racial do qual é símbolo. Dessa forma, o sentido atribuído ao estilo de cabelo usado nos dá suporte para analisar de que maneira os sujeitos se identificam ou não com um pertencimento étnico-racial.

O enunciado da matéria pode, num primeiro momento, ser analisado como um lugar de resistência da cultura afro-brasileira, já que tenta afirmar um dos elementos mais característicos da cultura negra. Mas o uso do termo “cachos” não denuncia uma interferência midiática? Acredito que o uso do termo pode ser caracterizado como um eufemismo, e nesse caso, mesmo a opção que tenta afirmar um ponto de vista positivo do cabelo negro, distancia-se das suas reais características. É um bom exemplo do movimento entre as relações de força e os movimentos de resistência num mesmo objeto.

A matéria segue exibindo fotos de modelos negras que trazem diferentes estilos de penteados. Durante 6 páginas, temos 4 fotos que são acompanhadas de enunciados que nomeiam o estilo mostrado e explicitam os procedimentos necessários para se obter um penteado da mesma natureza. Seleccionamos dois deles para um olhar mais apurado.

O primeiro penteado é chamado de *Abundante* (figura 1) e traz o seguinte texto: *Esse look ousado recebeu musse sobre os cabelos molhados, que depois foram secos com secador com difusor, para ficarem **naturalmente** crespos. A parte lateral foi puxada para trás da cabeça e presa com grampos, sem esticar o rosto.*



Figura 1 Valorizando o

Um segundo é designado como *Descolada* (figura 2), trazendo o texto: *Para bagunçar os fios, aplique leave-in (creme sem enxágüe) sobre os cabelos secos naturalmente. Depois, é só soltar os cachos com os dedos, massageá-los com algumas gotas de silicone e amarrar uma faixa.*



Figura 2

A escolha desses dois modelos não se dá por acaso, mas pela ocorrência da palavra *naturalmente* nos dois textos, o efeito de sentido causado, porém, é diferente. Se pegarmos o primeiro contexto, o cabelo é dito *natural* depois de receber musse e de ser seco com difusor. Assim, temos um uso do termo que não nos traz o sentido de

pureza, de naturalidade. Ou melhor, nos traz um sentido de naturalidade plástica, moldada, produzida, industrial. São as vozes da necessidade mercadológica operando sobre elementos que se julga afirmar na sua raiz.

Permeando esse enunciado, percebemos a presença de um processo chamado, atualmente, de “branqueamento”. É necessário que o negro incorpore feições e estereótipos brancos para ser melhor aceito socialmente. Esse processo pode ser explicado, pois, se partirmos do discurso identitário tomado pelos brancos:

a elite brasileira auto-identifica-se com *branca*. Assume as características do branco-europeu como representativos de sua superioridade étnica. Em contrapartida, o negro é visto como o tipo étnico e culturalmente inferior. Entre essa dicotomia, estabeleceu-se uma escala de valores (...) de tal maneira que a pessoa cujas características a aproximam do tipo branco tende a ser mais valorizada, e aquela cujas características são próximas do tipo negro tende a ser desvalorizada e socialmente repelida. (FERREIRA, 2000, 42)

Na mesma matéria, seguido a esse exemplo de penteado, temos aquele intitulado como *Descolada*. Neste caso, o enunciador sugere que se use um creme sem enxágüe *sobre os cabelos secos naturalmente*. Após ter lido o enunciado anterior, fica claro o deslocamento do sentido entre dos dois. No caso em questão, o efeito de sentido produzido a partir do mesmo termo (*naturalmente*) já nos causa um efeito de sentido que remete a idéia de um cabelo sem alterações causadas por produções, fazendo voltar a noção de um cabelo puro. Ou seja, no decorrer da matéria, temos o uso do mesmo termo causando dois efeitos de sentido diferentes, o que nos ratifica a idéia de que os sentidos não estão nem estáveis nem estabilizados, mas ao contrário, eles escorregam, eles nos escapam.

No entanto, é importante salientar que, apesar de causar diferentes efeitos de sentidos, ambos estão tomados pela idéia do mercado, pois mesmo o segundo exemplo que analisamos, apesar de trazer, em determinado momento, a idéia de um cabelo puro, traz também a indicação dos produtos que devem ser aplicados a este.

Dessa forma, percebemos que a *Raça Brasil* se apresenta como o objetivo de ser um instrumento de política afirmativa, mas as relações de força operadas pela mídia interferem nos objetivos propostos por ela. Tal interferência se dá de modo a tornar vendável essa afro-brasilidade, pasteurizando-a ao sabor do mercado. “Nos anos 30 e 40, teóricos como Benjamin, Adorno, Horkheimer, etc. já anunciavam a ‘industrialização da cultura’, que a tudo conferia um ar de semelhança, levando à indistinção entre o ‘real’ e aquilo que era colocado em circulação pela ‘indústria cultural’ (GREGOLIN, 2003).

Sobre essa “industrialização cultural”, Gregolin nos fala de uma cultura veiculada pelo discurso midiático como forma de aproximar o “real” daquilo que é produzido para e pelo mercado. A partir dessa concepção, a autora pensa sobre a construção de uma “cultura do espetáculo”, considerando o discurso dos meios de comunicação com um agente que constrói uma “espetacularização” dos acontecimentos, e, conseqüentemente, da cultura.

O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite o leitor produzir formas simbólicas de representação da sua realidade concreta (...) participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. (GREGOLIN, 2003)

Assim, acreditamos que a *Raça* acontece num cenário de movimentos de resistência apresentando-se com o objetivo de subtrair o discurso da submissão negra e reivindicar um novo espaço capaz de incidir a cultura afro-brasileira. No entanto, ela perpassa por um discurso de resistência, apropria-se de alguns dos seus elementos e pasteuriza-os ao sabor do mercado. Seria, portanto, uma revista que funcionaria apenas dentro da dinâmica do consumismo e que acabou por descobrir o potencial do público negro nesse âmbito, “industrializando” uma cultura com fins de conquistar um mercado até então inexplorado.

Dessa forma, acreditamos que são dois discursos misturados no interior da revista: um de resistência e outro mercadológico, pois é preciso considerar que há uma memória dessa cultura, das relações de força que incidem sobre ela e de seus movimentos de resistência que perpassam toda nossa história e que nos tocam hoje de variadas formas. Na *Raça*, no entanto, nos parece mais visível o deslizamento de um discurso de resistência para um discurso mercadológico. E aquilo que parecia ser instrumento político de ações que afirmam a cultura negra, mostra-se, na verdade, como suporte de um discurso predominantemente comercial, afinal, a proposta inicial da revista, como vimos, não é desenvolvida, o que denuncia um afastamento da postura que deveria incorporar um instrumentos das políticas afirmativas.

Referências

- BARBOSA, L. M. de A. (et al). *De Preto a Afro-Descendente: trajetos de pesquisa sobre as relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- FERREIRA, R. F. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- GREGOLIN, M. R. (org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- _____. *Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GUIMARÃES, A. S. S. *Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil*. Comunicação ao Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban”, organizado pelo Ministério da Educação e a Câmara Federal, Brasília, 20 a 22 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/>
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *O sujeito e o poder*. (1982). In: RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- SILVERIO, V. R. *Ação afirmativa: percepções da “casa grande” e da “senzala”*. In: BARBOSA, L. M. de A. (et al). *De Preto a Afro-Descendente: trajetos de pesquisa sobre as relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.
- REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.